



Mala Direta
Postal
050140134-2/DR-RJ
SUPERVELOZ MARKETING
CORREIOS

» Revista Petros

Publicação da Fundação Petrobras de Seguridade Social



CONTAGEM PROGRESSIVA

1-PATRIMÔNIO ATINGE
R\$ 31,3 BILHÕES

2-RENTABILIDADE DE
112,8% EM 4 ANOS

3-GANHOS DE 31,5% ACIMA
DA META ATUARIAL

RENTABILIDADE E PATRIMÔNIO NAS ALTURAS

Em quatro anos, 2003 a 2006, carteira superou com folga referenciais do mercado e alavancou os ativos da Fundação em R\$ 13,7 bilhões



Veja também



O PRAZO VAI ATÉ 28 DE FEVEREIRO
INFORMAÇÕES SOBRE A REPACTUAÇÃO LEIA AQUI

AGORA É A HORA

**NOSSO PRAZO ESTÁ
CHEGANDO AO FIM.
NÃO FIQUE DE FORA.**



**VOCÊ AINDA PODE FAZER A SUA PARTE PARA
GARANTIR O FUTURO DO PLANO PETROS.**

TOME A DECISÃO CERTA E APROVEITE ESTA OPORTUNIDADE.

INFORMAÇÕES: 0800 2860 600
repactuacao@petros.com.br

REPACTUAÇÃO PLANO PETROS
PRAZO FINAL 28/FEV/2007



Agora é a hora. Com o processo de repactuação e a oferta do Plano Petros 2 aos empregados da Petrobras sem previdência complementar desde agosto de 2002, vislumbra-se um cenário auspicioso para a Fundação, seus participantes, patrocinadoras e instituidores.

O prazo para a repactuação do regulamento do Plano Petros termina no dia 28 de fevereiro. Não estamos medindo esforços para o sucesso da empreitada que, cremos, ser a melhor alternativa para preservar a saúde financeira do plano e garantir os direitos dos trabalhadores.

Com a aprovação do Plano Petros 2 pelo Conselho Deliberativo, cumprimos a quase derradeira etapa de um processo amplamente debatido entre todos os envolvidos ao longo de mais de três anos de negociações. Agora só falta o aval final da Secretaria de Previdência Complementar para que possam ser agregados, de imediato, 16 mil pessoas à base de participantes.

E não poderia haver momento mais propício para a consolidação de tamanhas conquistas. Elas vêm coroar um ciclo administrativo pautado sim pela transparência e respeito indistinto a todos os parceiros da Petros. Mas também, e principalmente, um período de seriedade e competência na gestão dos ativos, que avançaram de R\$ 17,6 bi para R\$ 31,3 bilhões.

No "Relatório de Gestão 2003/2006", enviado para a residência de todos os participantes, podem ser consultados em detalhes esse e demais indicadores que atestam o avanço na solidez da Petros no período. Apenas para ficar em um dado, a rentabilidade dos investimentos da Fundação – índice necessário para assegurar os benefícios futuros – registrou nos quatro anos 112,8% e superou em 17% a taxa básica de juros fixada pelo governo.

Trocando em "miúdos": a rentabilidade global superou, de 2003 a 2006, em 31,5% a meta atuarial. Só esse resultado, fruto do acerto das diretrizes da política de investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, foi responsável pela injeção de R\$ 5,8 bilhões, além da meta atuarial, no patrimônio da Fundação.

Com todos os fatos novos, dados e projeções animadores, sedimenta-se um caminho de fortalecimento e crescimento da Petros que, alicerçada na principal patrocinadora, desponta de forma cada vez mais destacada como referencial no mercado de previdência complementar do Brasil.

Diretoria Executiva

>> Revista Petros

Publicação mensal editada pela Gerência de Comunicação e Relações Institucionais

Gerente | Washington Araújo

Editor e Jornalista Responsável | Hélio Pereira (MTb 20.160/SP)

Redação | Charles Nascimento (subeditor), Renata Telles e Tatiana Domingues (estagiária)

Projeto Editorial | Márcio Araújo

Diagramação | Iêda Maria Moraes de Oliveira

Ilustração | Luiz César Cabral de Menezes

Impressão | Esdeva Indústria Gráfica

Tiragem | 96 mil exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente | Wagner Pinheiro de Oliveira

Diretores | Maurício França Rubem, Ricardo Malavazi e Sérgio Queiroz Lyra

Secretário-Geral | Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO DELIBERATIVO

Titulares | Wilson Santarosa (presidente), Diego Hernandes, Fernando Leite Siqueira, José Lima de Andrade Neto, Paulo César Chamadoiro Martin e Yvan Barretto de Carvalho

Suplentes | Ari Marques de Araújo, Armando Ramos Tripodi, Claudio Alberto de Souza, Henyo Trindade Barreto, Nelson Sá Gomes Ramalho e Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO FISCAL

Titulares | Paulo Teixeira Brandão (presidente), Guilherme Gomes Vasconcellos, Maria Angélica Ferreira da Silva e Rogério Gonçalves Mattos

Suplentes | Antonio Luiz Vianna de Souza, Marcos Antonio Silva Menezes, Reginaldo Barreto Correa e Rodolfo Huhn

E-Mail | conselhofiscal@petros.com.br



Filiada à

ENDEREÇO

Rua do Ouvidor, 98 | Centro | CEP: 20040-030 | Rio de Janeiro | RJ
Telefone | 21 2506-0335 | **Portal** | www.petros.com.br | **E-Mail** | revista@petros.com.br

Repactuação

Nilton Silva, aposentado, Salvador (BA), mat. 078.891-3

Muito se tem falado ultimamente sobre repactuação, que em seu sentido etimológico também significa reformular um contrato, qual seja o Regulamento do Plano Petros.

Nesse, estão os artigos 41 e 42 que, com o passar dos anos e as mudanças operadas nas empresas e no mundo como um todo, surgiu a necessidade de sua atualização. A entidade criadora, no caso a Petrobras, sentiu a necessidade de reformular a criatura, a Petros, para adequá-la às novas situações ocorridas no mundo de hoje.

Essa reformulação é vista com preocupação por alguns ex-colegas, hoje aposentados, muitos esquecendo-se do fato de que a Petrobras jamais fez alguma mudança que viesse em prejuízo de seus empregados, ou ex-empregados. Exemplo disso foi a criação da própria Petros, nos idos de 1969, evitando assim que ao aposentarmos nos passássemos a viver exclusivamente com os minguados recursos fornecidos pelo INSS; e a AMS, que deu a todos a tranquilidade de uma assistência médica digna.

Toda essa celeuma da repactuação originou-se da edição da Emenda Constitucional 20/98, cujo art. 202, parágrafo 3º, impediu que a Companhia concedesse benefícios maiores do que efetivamente poderia dar e vinha dando até então, estabelecendo a paridade de aporte de recursos entre a Petrobras e a Petros.

Observe-se que se busca no momento o reequilíbrio das finanças da Petros, mediante a cobertura de um déficit técnico de R\$ 6 bilhões que, pelas regras atuais deve ser coberto igualitariamente entre nós, os assistidos, pensionistas e a patrocinadora, caso a repactuação não ocorra.

O que está em jogo, colegas, é a própria sobrevivência de cada um de nós. O momento exige que tomemos uma decisão coerente com todo um passado que vivemos, de lutas e conquistas em favor de uma tranquilidade e segurança na velhice, que já está aí, momento em que as forças nos faltam.

Para aqueles que ainda não repactuaram dirigimo-nos particularmente, nesse momento, e recomendamos que ajam segundo suas consciências, evitando influências de terceiros, nem sempre bem intencionadas.

Copa de Futebol Society

Oswaldo Couto Pereira, Rio de Janeiro (RJ), mat. 028.039-2

Estou sempre atento ao calendário de eventos da Petros – Corrida Rústica, Concurso de Contos etc. Parabéns a todos pela iniciativa. Principalmente porque tais eventos congregam petroleiros que representam diferentes gerações do Sistema Petrobras. Aproveito a oportunidade para desejar um próspero Ano Novo a todos e fazer uma pergunta: quando será a II Copa de Futebol Society?

R: *A II Copa de Futebol Society será realizada ainda no primeiro semestre de 2007. Em breve, divulgaremos informações adicionais. Agradecemos os votos de Feliz Ano Novo.*

Participe desse FÓRUM.

Escreva para revista@petros.com.br

**BENEFÍCIOS PETROS: EM FEVEREIRO,
CRÉDITO SERÁ FEITO NO DIA 23**

em Destaque

■ Meta atuarial foi amplamente superada no período 2003/2006; patrimônio subiu para R\$ 31,3 bilhões – Páginas 10 a 12

AINDA:

Página 6 – Tudo o que o participante precisa saber sobre o processo de repactuação

Página 9 – Plano Petros 2 deve iniciar fase de implantação já em abril

Página 13 – Sistema faz festa para marcar o Dia Nacional do Aposentado

Página 14 – Começa o processo para as eleições do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação

VII Concurso de Contos já começou

Edição 2007 pode bater recorde de inscritos

As inscrições para o VII Concurso de Contos da Petros começaram no dia 5 de fevereiro e, a exemplo do ocorrido nas duas edições anteriores, os escritores terão total liberdade de criação e poderão dissertar sobre qualquer tema.

Atendendo a uma solicitação dos concorrentes, a Comissão Organizadora ampliou o período de inscrições, que este ano vai até 30 de abril. Com isso, os autores terão mais tempo para dar asas à imaginação e espera-se a ampliação do número de inscritos.

Os participantes poderão concorrer com até três contos, com no máximo 12 mil caracteres cada um (aproximadamente cinco laudas de computador, em corpo 12). O texto deve conter título e pseudônimo do autor e ser entregue em quatro vias. É obrigatória também a anexação de ficha técnica com título do conto e dados do autor (nome, pseudônimo, endereço completo, telefones comercial e residencial, matrícula Petros e endereço eletrônico – opcional).

Os trabalhos devem ser enviados via email (**concurso de contos@petros.com.br**) ou pelos

Correios (em papel ou em disquete), aos cuidados da Gerência de Comunicação e Relações Institucionais – Rua do Ouvidor, 98 – 6º andar CEP 20040-030 – Rio de Janeiro (RJ). O concurso é aberto somente aos participantes ativos, assistidos e pensionistas. Não poderão concorrer parentes nem integrantes da Comissão Julgadora e empregados da Gerência de Comunicação e Relações Institucionais.



VENCEDOR DO ANO PASSADO LANÇA SEU PRIMEIRO LIVRO

O petroleiro Cleo de Oliveira, vencedor da última edição do Concurso de Contos da Petros e lançará seu primeiro livro ainda este ano. Ele venceu um evento promovido pela Livraria e Editora Asabeça, que patrocinará a antologia.

Na primeira fase, Cleo enviou dois contos de sua autoria para concorrer com outras 280 pessoas. Entre eles, constaram dois premiados no concurso da Fundação: *Lembranças seculares*, 3º lugar em 2005; e *Agora Irene somos eu*, ganhador do ano passado.



O que os participantes(*) precisam saber...

Todos os esclarecimentos necessários para uma decisão consciente estão sendo

Até o final do processo de repactuação, que termina no dia 28 de fevereiro, terão sido realizadas mais de 150 reuniões, palestras e debates com os empregados da ativa, aposentados e assistidos da Fundação. A exemplo do que ocorreu em Salvador, que reuniu mais de 1.200 petroleiros, no dia 25 de janeiro, outros eventos representativos estão sendo promovidos em diversas unidades e pontos do país.

Também estão sendo promovidas apresentações, via rede corporativa e Web TV, transmitidas ao vivo para todo o sistema Petrobras. Na oportunidade, o gerente executivo de Recursos Humanos da companhia, Diego Hernandez, responde às principais perguntas enviadas por petroleiros de todo o país.

A **Revista Petros** selecionou as questões mais recorrentes levantadas durante tais palestras, com a resposta do executivo responsável pela condução do processo.

O que mudou nessa nova fase da repactuação?

Basicamente quatro eixos: a nova meta é de 2/3, o que significa a necessidade de alcançar 11 mil novas repactuações, envolvendo o pessoal da ativa, aposentados e pensionistas. De 80 mil tivemos a adesão de 42 mil, na primeira fase, e precisamos chegar a 53 mil. A data de pagamento do valor monetário, que seria feita somente após a consolidação do processo, será imediatamente após o atingimento da meta. Para os aposentados que repactuarem, a proposta de reajuste é 3,8% – ou seja, o IPCA (indexador do Plano Petros) retroativo a setembro do ano passado. Por último, o prazo, que foi estendido até 28 de fevereiro.

Quem já repactuou, o que deve fazer?

Tem dois caminhos: entrar no Portal Petros e acessar a solicitação de pagamento, assinar e enviar à Fundação. Se preferir, aguardar em casa porque toda a documentação (novo acordo ratificado e a proposta de recebimento imediato do valor monetário) já foi encaminhada aos participantes.



E quem não repactuou?

Receberá um kit dessa mesma natureza, porém com uma solicitação de repactuação já incluído o recebimento do valor monetário imediatamente após o atingimento da meta de 2/3. Em ambos os casos, as indicações já trazem os artigos que serão modificados com a repactuação, o que trouxe muitas críticas da outra vez.

Se após a repactuação for constatado que os aposentados estão tendo perdas em relação ao pessoal da ativa, qual a posição da Petros para garantir a reposição?

Não sei como será o futuro. Mas sugiro que faça um levantamento do IPCA dos últimos 10 ou 15 anos e compare com os reajustes salarial. Você irá verificar que houve empate técnico, alternando ano a ano. Assim, eles bateram exatamente iguais. Eu não julgo que haverá esse tipo de perda em relação ao IPCA e ao salário da ativa.

sobre a repactuação

(*) das patrocinadoras Petrobras, BR, Petroquisa, Refap e Petros

prestados aos participantes das patrocinadoras que podem aderir à repactuação



Porque afinal o plano precisa mudar se ele é tão bom?

Ao contrário do que vem sendo dito pelos que desejam ideologizar o debate, uma companhia que vai investir US\$ 17 bilhões em um ano não precisa se curvar ao capital internacional. O plano de previdência precisa mudar porque é um forte instrumento de gestão tanto para atração de empregados como para retenção. Por isso, esse processo está sendo coordenado pelo RH. No mais, um plano de previdência tem que ser duradouro, não pode ser construído para durar sete ou oito anos. O Plano Petros tem que durar até o último dia de vida do último assistido. Assim é um plano de previdência: o dinheiro não pode acabar antes nem depois.

Isso garantirá vida longa ao plano?

Não é apenas isso. A proposta também contempla um aporte da Petrobras ao plano e essa é a grande virtude de buscar sanear o plano ao longo do tempo. O aporte estará em cima dos pontos acordados lá atrás: FAT/FC, pré-70, cálculo do benefício das pensionistas e a revisão do plano de custeio. Em resumo: os quatro itens que compõem o acordo judicial e que a Petrobras se compromete a pagar.

Então, o que de concreto vai mudar?

De maneira clara, é apenas e tão somente a desvinculação, depois da aposentadoria, do salário básico da ativa. A Petros não vai mudar o cálculo do benefício. Por isso, não é verdadeiro dizer que o Plano Petros não será mais de benefício definido. Estou seguro em afirmar isso porque na data da aposentadoria todos saberão o valor do benefício. Após essa base de cálculo ser executada, o indexador da parcela Petros (hoje o salário básico da ativa) passa a ser o IPCA. Já o percentual do INSS será corrigido pelo INPC. Teremos dois indexadores.

Os empregados que se desligaram do Plano Petros e agora querem voltar precisam repactuar?

Não. Ele está com a reserva de poupança dele retida no plano até se aposentar ou se desligar da empresa. A opção é aderir ao Plano Petros-2.

Essa ação tem 15 itens, mas a Petrobras quer discutir apenas quatro...

Os outros 11 itens continuam na Justiça correndo ao seu tempo. A companhia não quer que ninguém dê quitação rasa, absoluta e total dos 15 itens. O que a Petrobras propõe é um acordo seguro de apenas quatro itens e pagará um valor justo.

Por que a Petrobras reconhece a dívida com a Petros, mas condiciona o pagamento à repactuação?

Deixa eu fazer um reparo muito importante: a Petrobras não está reconhecendo dívida. O que a companhia está fazendo é propor um acordo com as representações sindicais, com o pessoal da ativa, aposentados e pensionistas. Essa é uma tese jurídica que algumas pessoas tentaram levantar, mas que já está ultrapassada. O objetivo desse acordo é pactuar o indexador do benefício e quatro itens de uma ação judicial.

Por que no termo de adesão não foi colocada a AMS?

Essa questão está colocada. No termo de adesão está escrito exatamente que **não haverá modificação** na AMS em função do processo de repactuação.

Mas dizem que quem repactuar vai perder a AMS?

Nada disso, pode ficar tranquilo. A AMS é regulada por norma interna da Petrobras. Não existe nenhum tipo de vinculação entre a AMS e a Petros. O que acontece é que a Petrobras necessita de um mecanismo de ressarcimento do uso da AMS pelo aposentado. Esse mecanismo é executado por intermédio de um convênio, que desconta via Petros os serviços utilizados. Conheço muitos aposentados da Petrobras que não têm Petros mas têm AMS, porque se aposentaram por meio do convênio entre Petrobras, INSS e Petros. Mas também conheço pessoas que não se aposentaram pelo convênio, têm Petros e não a AMS.

O que acontecerá com quem não repactuar?

Vamos imaginar que exista um grupo residual que não repactuou: nesse grupo, as pessoas que fizeram parte do grupo 78/79 não serão contempladas com a redução do limite de idade, que vale para quem está na ativa ou aposentado. No caso dos aposentados, o benefício será recalculado, sem retroatividade. É daqui para frente. As pensionistas que não repactuarem estarão sujeitas à sistemática de cálculo atual: 50% (mais 10% por cada dependente) da renda global. Para as que repactuarem, o cálculo será feito sobre a parcela Petros, o que garantirá um aumento do benefício.

O valor de R\$ 15 mil não é propaganda enganosa tendo em vista que nesse valor será descontado imposto de renda?

Seria enganosa se em algum momento eu dissesse que não incide o imposto e depois você descobrisse que sim. Mas nunca foi dito isso. Toda vez que me perguntam, respondo que vai ter desconto na fonte sim.

Como fica o percentual de contribuição?

Não será alterado. Hoje existem dois grupos: um paga 11% e outro 14,9%. Quem na época optou pelo percentual maior, tem o direito de receber o reajuste do benefício na data base da ativa e essa condição será preservada. Se daqui a dez anos o pessoal da ativa começar a receber reajuste mensal, os aposentados terão reajustes da mesma natureza. Já os que não aumentaram suas contribuições, receberão o reajuste na data do benefício do INSS.

A redução de limite de idades é para todos que ingressaram no sistema depois da mudança na legislação ou só para quem ingressou no grupo 1978/79?

Só para quem ingressou no grupo 1978/79. Neste período, existe uma discussão jurídica e um pleito sindical bastante acentuado de que não estaria valendo o limite de decreto – que estabelecia idade mínima de 55 anos, para quem se aposenta na comum e 53 para a especial. Quem entrou depois não está previsto porque já ingressou no regime novo e o decreto era vigente dentro do regulamento do Plano Petros.

O IPCA e o INPC têm sido maior ou menor que o reajuste concedido à tabela da ativa?

Nos últimos 10 anos, houve um empate técnico entre IPCA e INPC e uma ligeira vantagem do IPCA sobre a tabela salarial da patrocinadora.

Por que desvincular?

Quem vai nos pagar quando aposentado é a Petros, não a Petrobras. O ideal é que a Fundação pague de acordo com a rentabilidade do seu patrimônio. O plano tem que ter vida própria e com esse aporte a companhia se compromete a garantir sua sustentabilidade.



PRAZO VAI ATÉ 28 DE FEVEREIRO

Depois da repactuação, a Petrobras se exime de responsabilidade com o plano?

Negativo! A companhia continuará sendo solidária ao Plano Petros em quaisquer circunstâncias, como a legislação obriga. A Petrobras será solidária ao plano pré e pós-repactuação. E isso vale também para o Plano Petros 2.

Se a proposta for aceita, quando os participantes e assistidos poderão eleger seus representantes na Diretoria?

Este é um processo de discussão. Mas não é só isso. Além de passar a ter direito de eleger dois entre quatro diretores, a proposta envolve os modelos de gestão do Plano Petros e da própria Petros. Também será criado um comitê, um conselho gestor do Plano Petros e do futuro Plano Petros II. Esses são alguns dos itens que compõem o conjunto da proposta encaminhada.

Plano Petros 2 já está na SPC

Em reunião realizada no dia 19 de janeiro, o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou o Plano Petros 2 (PP-2), que agora está sendo apreciado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Com isso, estima-se que em breve o PP-2 seja oferecido aos 18 mil empregados do Sistema Petrobras sem cobertura de previdência complementar.

O secretário-geral da Fundação, Newton Carneiro, explicou que no primeiro momento apenas os empregados que não estão inscritos no Plano Petros poderão aderir. Especificamente para os admitidos a partir de agosto de 2002 (quando o plano já estava fechado), as patrocinadoras assumirão o serviço passado – contribuições da patro-

Plano nasce com características modernas e oferece benefícios condizentes com as necessidades previdenciárias dos participantes

cinadora e do empregado correspondentes ao período sem plano –, desde a data de admissão até a abertura das inscrições para o PP-2.

O novo plano beneficiará os empregados da Petrobras, BR Distribuidora, Petroquisa, Refap e da Petros. Carneiro acrescentou que a adesão dos empregados pertencentes ao Plano Petros é voluntária e está condicionada ao sucesso da repactuação. "Atingida a meta de 2/3 e aprovado o novo regulamento do Plano Petros/Sistema Petrobras, o PP-2 também será aberto aos participantes que repactuarem."

Ele explicou que o PP-2 é um plano de Contribuição Variável (CV) e oferece os mesmos benefícios do atual, "com a vantagem de estar perfeitamente adequado à legislação vigente". O dirigente cita, entre outros aspectos, a garantia de benefício mínimo, opção de renda vitalícia e da contribuição ser estabelecida anualmente pelo participante. O mesmo valor definido pelo empregado será aportado pela companhia, até um limite que varia de 8% a 11% sobre o salário de participação. A contribuição mínima será de 6%.

O participante poderá optar por receber o benefício definido por

BENEFÍCIO PROPORCIONAL OPCIONAL

O BPO é o valor que será pago ao participante pelo atual Plano Petros por ocasião da aposentadoria, de acordo com o acumulado até o momento da opção pelo PP-2. O valor será atualizado pelo IPCA até a data de concessão. Uma vez concedido o BPO, ele continuará sendo atualizado mensalmente pelo índice inflacionário.

toda vida, da mesma maneira como no atual Plano Petros. O plano terá ainda um fundo específico que garante o pagamento dos benefícios de risco.

Na avaliação do secretário-geral, a aprovação do plano é um feito histórico para os petroleiros, ao contemplar um pleito da categoria, construído ao longo de mais de três anos de negociações entre a Petrobras, a Petros e as entidades representativas dos trabalhadores. "O plano já nasce com características modernas e oferece benefícios condizentes com as necessidades previdenciárias dos participantes e assistidos, além de apresentar condições técnicas para a sua sustentabilidade e equilíbrio no longo prazo."



"Plano é pleito da categoria e foi construído conjuntamente ao longo de três anos de negociações" - Newton Carneiro

INVESTIMENTOS

ROMPEM BARREIRAS

Em quatro anos, rentabilidade acumulada atinge 112,8% e leva o patrimônio da Fundação a R\$ 31,3 bilhões

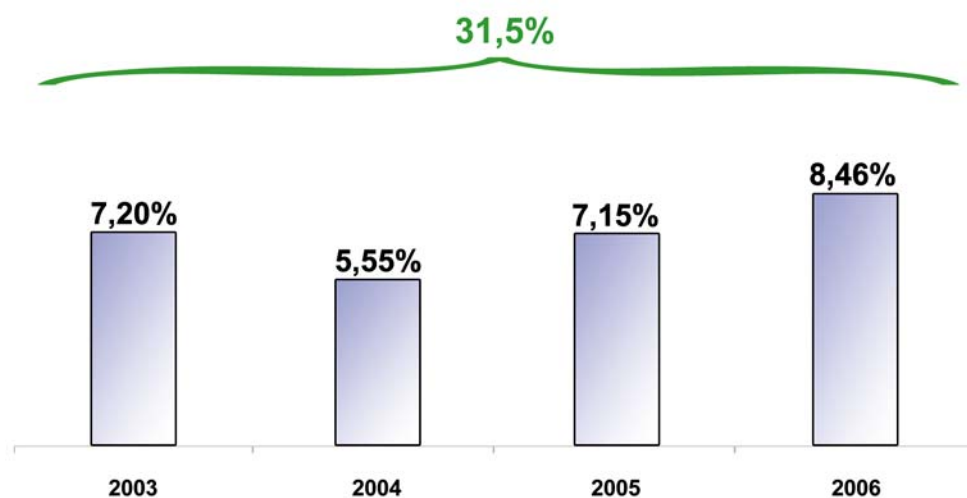
A rentabilidade dos investimentos da Petros nos últimos quatro anos superou em 31,5% a meta atuarial, elevando o patrimônio para R\$ 31,3 bilhões em dezembro de 2006. O resultado representa cerca de R\$ 5,8 bilhões além do mínimo necessário para o Plano Petros do Sistema Petrobras se manter em equilíbrio. "Fica claro, portanto, que o déficit atuarial existente nada tem a ver com os ótimos resultados dos investimentos no período", diz o diretor Financeiro e de Investimentos, Ricardo Malavazi.

Segundo ele, tal desempenho foi resultado da Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 2003, cuja característica principal foi a redução dos investimentos em renda fixa tradicional – especialmente títulos públicos federais – que caíram de 75% do total da carteira para 63%, e o aumento da participação da renda variável, "notadamente ações da Bolsa de Valores de São Paulo e de fundos de investimento, que saltaram de 15,9% para 30% no final de 2006".

Já o percentual dos imóveis na carteira da Petros foi reduzido de 5,6% para 3,3%. O executivo destaca que as aplicações em empreendimentos imobiliários (prédios comerciais e shoppings) passaram a privilegiar o formato de renda fixa, como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), onde o imóvel é a garantia de um investimento com taxa de juros pré-determinada. No caso dos empréstimos aos participantes, foi registrado crescimento na participação de 2,7% para 3,3% do total da carteira, estimulado pelo alongamento de prazo, de 48 para 60 meses, e expressiva redução dos custos para os participantes da Fundação.

A perspectiva de redução das taxas de juros no país, no médio e longo prazo, norteou essa estratégia executada pela Diretoria da Petros, que se mostrou extremamente favorável aos participantes. Malavazi também ressalta os bons ventos da economia a partir da posse do atual governo, em 2003, como fator positivo aos resultados da

RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL

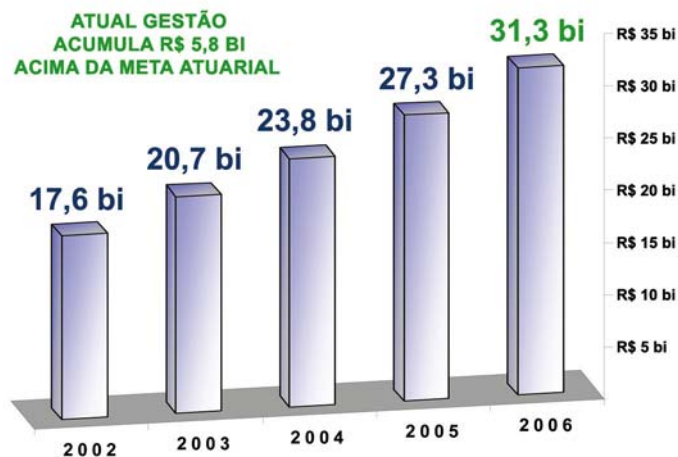


carteira de Investimentos. "Felizmente, o aumento de volume dos investimentos em renda variável foi acompanhado de um expressivo ganho da carteira – 270% entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006", avalia o diretor. Neste mesmo período, a renda fixa apresentou alta de 77%, a carteira de imóveis 62% e a carteira de empréstimos aos participantes 132%. "Sem dúvida, o destaque foi o resultado da renda variável, mas também deve ser ressaltado que a carteira de imóveis passou por rigorosa reavaliação no biênio 2003/2004, voltando a apresentar resultado acima da meta atuarial após cinco anos de fracos resultados."

A rentabilidade anual de 2006, de 18,58%, corroborou os ótimos resultados dos últimos quatro anos, pois todas as diferentes carteiras de investimentos da Petros apresentaram resultados acima da meta atuarial, que ficou em 8,46%. A forte alta da renda variável atingiu 33,22%; a renda fixa, 12,35%; a carteira imobiliária, 15,69%; e, as operações com participantes, 18,30%. Esse conjunto significou ganho de aproximadamente R\$ 2 bilhões acima do necessário para manter o Plano Petros do Sistema Petrobras em equilíbrio.

Mesmo quando comparada às taxas de juros oferecidas pelos Títulos do Tesouro Nacional (Selic) – veja quadro ao lado – o desempenho de 2006 foi excelente (123%), muito próxima da marca de 2004 (125%).

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DA PETROS



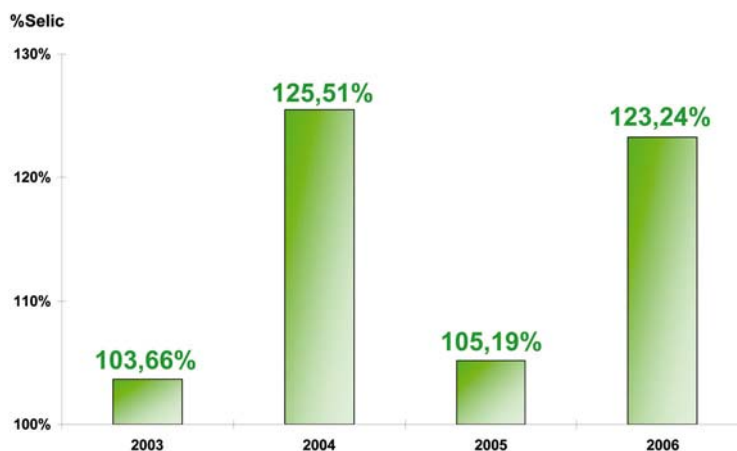
Como as taxas de juros básicas da economia brasileira deverão continuar caindo nos próximos anos, a **estratégia deve seguir** no sentido de diminuir a participação dos títulos públicos federais e aumentar a participação de ações e títulos de renda fixa emitidos por empresas que tendem a continuar apresentando bons resultados no médio e longo prazo.

"Dentro da estratégia de priorizar investimentos seguros, será reforçada a ênfase de aplicação em empresas

comprometidas com a responsabilidade social, que inclui boas práticas de governança corporativa (transparência) e de sustentabilidade do meio ambiente", observa o executivo. "Sem o desenvolvimento econômico e social do Brasil e a conservação do planeta, os participantes da Petros não teriam um local seguro e confortável para desfrutar de sua previdância."

Dentro dessa linha, os Fundos de Investimentos em Participação voltados à infra-estrutura se

GANHO DOS INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À TAXA SELIC



mostram uma ótima opção de retorno para a Petros no médio e longo prazo, simultaneamente ao fato de contribuírem para o crescimento sustentado da economia brasileira.

Em paralelo à melhora de performance dos investimentos, a atual Diretoria, junto com os empregados, executou um rigoroso

programa de redução dos custos administrativos. Essas despesas, que representaram 11,9% das receitas previdenciárias em 2002 (R\$ 92 milhões em valores atualizados pela inflação), apresentaram redução constante nos últimos anos, fechando 2006 em 8,5% (equivalente a R\$ 80 milhões), sem nenhuma política de

redução de empregados. Por outro lado, as receitas previdenciárias passaram de R\$ 776,6 milhões a quatro anos para R\$ 924,9 milhões em 2006, graças ao aumento de participantes, patrocinadores e instituidores.

Com essa economia no custo gerencial, o fundo administrativo – que é uma espécie de reserva de poupança para os gastos administrativos futuros –, apresenta hoje uma perspectiva de duração acima dos 40 anos. Nesse particular, Malavazi lembra que, em 2002, havia recursos apenas para 14 anos. "Com isso, podemos afirmar que fechamos o ano de 2006 com o sentimento de dever cumprido", conclui o diretor. "Nesses quatro anos, superamos as mais ambiciosas metas de rentabilidade, saneamento administrativo e transparência junto aos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos da Petros."

INSTITUÍDOS TAMBÉM SUPERAM LIMITES

Os seis planos (CRAprev, CROprev, CulturaPREV, IBAPrev, Simeprev e SinMed/RJ) de 22 instituidores administrados pela Petros registraram, no ano passado, rentabilidade de 15,71%, tendo superado referenciais importantes do mercado como o Certificado de Depósito Interbancário - CDI (15,03%) e batido com folga o rendimento da poupança (8,33%) e o IPCA (3,14%, quase cinco vezes menos).

Na comparação com outros fundos para aplicação de recursos previdenciários, a Fundação também lidera o ranking, à frente de tradicionais administradores do setor financeiro (veja quadro). No caso específico do CDI, o resultado é importante porque tais investimentos servem como referencial de mercado (*benchmark*) de renda fixa.

A Petros está implementando uma série de medidas específicas para o segmento para dar mais transparência à gestão dos recursos. Uma delas foi a criação dos comitês gestores, que objetivam acompanhar a administração do plano de forma participativa, auxiliando a Diretoria Executiva nos aspectos previdenciário, financeiro e de investimentos.

FUNDOS PARA APLICAÇÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

RENTABILIDADE 2006

FIC PETROS	15,71%
CDI (BENCHMARK RENDA FIXA)	15,03%
CITIPREV CORP FI REF. DI	13,79%
ICATU HARTFORD REF. DI CLASSIC FI	13,66%
ICATU HARTFORD DI FI REF.	13,65%
CITI PREVIDÊNCIA FI REF. DI	13,33%
PREVER PERFORMANCE V FI REF. DI	13,06%
ICATU HARTFORD NW FIX REF. DI	13,06%
PREVER MAXINVEST DI 100 FI REF.	11,64%
ITAU FAPI RF	9,62%

Fonte de cotas: Smart Investor/Andib

CORREÇÃO

Ao contrário do informado em quadro do "Relatório de Gestão 2003-2006", página 8, "nos quatro anos anteriores (1999 a 2002), a rentabilidade, apesar de superar a meta atuarial, **ficou 1,5 ponto percentual abaixo** da remuneração dos títulos do governo (Selic)".

Aposentados são homenageados pelo ICSS

Colaboração dos trabalhadores para o engrandecimento do sistema é reconhecida pelas entidades de representação

A solenidade tradicionalmente organizada pelo Instituto Cultural de Seguridade Social (ICSS) em comemoração ao Dia Nacional do Aposentado, celebrado em 24 de janeiro, reuniu este ano mais de 300 pessoas. Assim como o público, o número de participantes indicado pelas entidades de todo país para receber a homenagem também foi recorde, 54.

No pronunciamento de abertura, o presidente do ICSS (e da Petros), Wagner Pinheiro, disse que o evento é uma ação conjunta das três entidades – as outras são Abrapp, Sindapp – "em reconhecimento aos trabalhadores por promoverem, no período laboral, transformações em prol do desenvolvimento da sociedade".

O dirigente anunciou que as entidades que representam o sistema irão adotar medidas de aprimoramento na gestão. Nesse sentido, fez também uma alusão especial aos 30 anos da Lei 6.435, que durante muito tempo serviu de base para a normatização das atividades dos fundos de pensão – mais tarde regulamentada pelo decreto 81.240 – e os aprimora-

mentos das Leis Complementares 108 e 109.

Ele elogiou a postura do atual governo em relação às EFPCs e destacou, entre outros aspectos, a construção da base legal normativa; o novo tratamento tributário, que isenta a taxaçaõ na fase de acumulaçaõ; e a intenção de criar um órgão de Estado para fiscalizar o setor.

Para o presidente da Abrapp, Fernando Pimentel, a parcela de 5% da população economicamente ativa que conta com o

benefício da previdência complementar ainda é muito baixo. Mas destacou o arcabouço regulatório do setor como parte do esforço governamental de incluir um percentual cada vez mais expressivo.

Ao escolher o nome do médico sanitaria Daphnis Souto, 83 anos, a Petros presta **uma justa homenagem**. Durante 26 anos ele chefiou o Setor Médico da Petrobras, além de ter sido mentor intelectual da Petros e participado, juntamente com o professor Rio Nogueira, de seus estudos iniciais. Visivelmente emocionado, Daphnis fez questão de dividir o prêmio com o saudoso amigo.

HOMENAGEM



Daphnis (na foto com o presidente Wagner Pinheiro e o diretor Maurício Rubem) foi homenageado pela Petros durante a cerimônia realizada pelo ICSS, com apoio da Abrapp e do Sindapp, para marcar do Dia Nacional do Aposentado

Conselhos têm eleições em abril

A Petros iniciou o processo eleitoral para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. A escolha será feita por intermédio do voto direto e todos os participantes e assistidos (aposentados e pensionistas) inscritos na Fundação até 29 de dezembro de 2006 poderão votar. Em ambos os casos, o mandato é de quatro anos.

Para o Conselho Deliberativo, serão escolhidas duas duplas: um candidato e seu suplente para a vaga de representante dos assistidos, em substituição a Fernando Leite Siqueira (titular) e Newton Carneiro da Cunha (suplente), e um candidato e seu respectivo suplente para a vaga de representante dos ativos e assistidos, em substituição a Yvan Barreto de Carvalho (titular) e Ari Marques de Araújo (suplente).

Para o Conselho Fiscal, será escolhido um candidato e seu respectivo suplente para a vaga de representante dos assistidos, em substituição a Paulo Teixeira Brandão (titular) e Rodolpho Huhn (suplente). Para o Conselho Deliberativo, puderam concorrer os participantes e assistidos, enquanto para a vaga ao Conselho Fiscal é permitida a candidatura apenas dos assistidos.

A Fundação vai ceder espaço na **Revista Petros** e

no portal, em formatação preestabelecida, para que os candidatos possam divulgar seus programas de atuação em igualdade de condições. As informações pormenorizadas sobre o processo eleitoral podem ser conferidas no edital, publicado no Diário Oficial da União e disponível no portal Petros.

O processo está sendo conduzido pela Comissão Eleitoral, constituída de oito integrantes (com seus respectivos suplentes) sendo quatro indicados pela Diretoria Executiva da Petros e quatro por cada qual dos sindicatos e associações com maior número de participantes e assistidos: Ambep, Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, Astape/BA e Sindipetro-RJ.

A equipe será responsável pelo envio, até o dia 5 de abril, de todas as informações e do material necessário para a votação, que será permitida por correspondência, via internet (por meio do portal da Petros) ou pelo telefone 0800-2850098.

Para garantir a lisura e correção das eleições, o processo será certificado por empresa especializada em segurança da informação e a apuração dos votos por correspondência será acompanhada por fiscais indicados pelos candidatos.

Olho Vivo

NOVOS INVESTIMENTOS

A Petros adquiriu em janeiro 5,75% das ações preferenciais da Iochpe-Maxion, empresa do setor de autopeças, o que significa que passará a deter 3,76% do capital total da companhia. O comunicado da operação é uma exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que, na Instrução 358 estipula que aquisições ou vendas de participações acionárias relevantes (acima de 5%) devem ser informadas à autarquia.

Segundo o diretor Financeiro e de Investimentos, Ricardo Malavazi, todas os papéis foram comprados no mercado secundário de ações. “Nosso comitê de

investimentos avaliou que seria um ativo interessante dentro da nossa estratégia de ampliar a renda variável.” Segundo ele, a Petros tem interesse especial no setor de transporte, área de atuação da Iochpe, que produz chassis e rodas para veículos e fabrica vagões de carga.

BALANÇO DO SETOR

Os fundos de pensão fecharam 2006 com patrimônio de R\$ 375 bilhões, o que representa 18% do PIB e um crescimento de 27% sobre o total de 2005. A expectativa do presidente da Abrapp, Fernando Pimentel, é que o patrimônio do setor alcance R\$ 564,6 bilhões em 2010.

Cantor baiano sonha com carreira internacional

Petroleiro aposentado lança CD com repertório de MPB, bolero e até o chachachá. Sonho é promover shows em plataformas



Receita do sucesso combina repertório eclético com uma voz marcante

Se pudesse fazer dueto com algum cantor famoso, Helyon Carlos Queiroz não pensaria duas vezes: escolheria o ídolo espanhol Julio Iglesias. Enquanto o sonho não se realiza, esse petroleiro aposentado passa o dia fazendo o que mais gosta: cantar. A paixão é tanta que Queiroz até lançou CD de demonstração, intitulado *Boemias*.

A coleção mescla composições consagradas da MPB (*Eu sei que vou te amar*, *Como é grande meu amor por você*, *Emoções*, *Marina*) com boleros e até chachachá. Ele

também arrisca alguns sucessos do repertório latino, a exemplo de *La Barca*, *Solamente una vez* e *Muñequita*. "Fiz cursos de espanhol e italiano somente para aprender a cantar corretamente."

Ainda garoto, Queiroz já despertava a atenção das pessoas por causa do tom de voz marcante. Mas foi somente aos 22 anos, no coral da antiga Região de Produção da Bahia (RPBA), que teve a oportunidade de começar a mostrar os dotes artísticos. "O grupo musical da Petrobras foi o grande incentivador da minha vida", confessa ele, que costumava fazer apresentações em igrejas, instituições e em programas na TV Itapoã, uma emissora local.

Depois de trabalhar 32 anos na gigante estatal como técnico de manutenção e encarregado de poços de petróleo, Queiroz finalmente pôde se dedicar integralmente à música em 1988, com o fim do período laboral. "A primeira coisa que fiz ao me aposentar foi comprar uma casa de eventos. A minha intenção era promover shows, serestas e oferecer um lugar aos novos talentos". A obra durou oito anos – tudo para deixar a **Blue House** do jeitinho que ele queria.

Devido à falta de divulgação, no entanto, as apresentações na casa eram cada vez mais escassas, o que

fez o baiano pensar em uma segunda alternativa: alugar o local para a realização de eventos sociais. Mas quem pensa que ele, apesar dos obstáculos, desistiu da carreira artística está redondamente enganado. Aos 72 anos, é tenor do Coral da Ambep e lançou seu primeiro CD independente. "Foram 100 cópias gravadas com meu suado dinheirinho. A idéia era vender, mas acabei ficando com vergonha e presenteio os amigos."

Depois do disco lançado, a próxima etapa é a divulgação. Seu maior desejo é apresentar-se em eventos nos edifícios e plataformas da Petrobras. "Quero levar minha música aos quatro cantos do país. Trabalhei a vida inteira para cultivar a felicidade de cantar."

A esposa Yvete (e também companheira no coral), os filhos e netos adoram ouvi-lo, o que para Queiroz é o melhor presente. "Uma vez cantei *Como é grande meu amor por você* no karaokê e minha filha se emocionou, nunca me esqueço."

Sobre as influências musicais, cita nomes que marcaram época, embora cada um ao seu tempo: Cauby Peixoto, Altermar Dutra, Paulinho da Viola, Julio Iglesias e Nelson Gonçalves. Aliás, segundo amigos e parentes, o timbre do baiano lembra, e muito, a voz do saudoso Rei do Rádio.

Sua Excelência, o fluxo de Caixa

Publicado originalmente no 'Valor Econômico', em 19/01/2007

Há alguns dias, um empresário bem-sucedido comentava que, na sua empresa, quem de fato mandava nos negócios e dava a palavra final era Sua Excelência, o fluxo de caixa. Essa afirmação faz sentido no momento em que se intensifica o debate acerca das condições necessárias para fazer o país crescer 5% ao ano. Há ampla concordância de que, para se atingir tal objetivo, é preciso deslocar nosso nível de investimentos – hoje ao redor dos 20% do PIB –, para algo em torno de 25%, e que os projetos de infraestrutura precisam sair do papel e vencer os gargalos que travam a expansão sustentada de nossa economia.

A realidade nos mostra que as carências são muitas e existem centenas de projetos estruturantes de relevante prioridade nacional para serem feitos.

De outra parte, crescem as disponibilidades de recursos financeiros privados, os quais terão de encontrar opções atrativas para serem realocados perante a queda da taxa real de juros no ritmo da "distensão" do ex-presidente Geisel: lenta, gradual e segura. À medida em que se amaina o combustível destinado ao rentismo que financia o passivo público federal a taxas generosíssimas, liberam-se os estímulos ao espírito animal dos

empreendedores e estes se aproximam de investidores para construir alternativas de aplicação de seus capitais.

Todavia, os investimentos em infra-estrutura só serão executados se, e somente se, tiverem rentabilidade atrativa em seus fluxos de caixa. Para se atender a essa condição, é preciso colocar o dedo na ferida e catalogar, setorial e regionalmente, os empecilhos que impedem o deslanche de obras e travam a obtenção de taxas internas de retorno adequadas.

Tal questão não é simples. A sociedade brasileira perdeu o conhecimento acumulado no passado de organizar um verdadeiro planejamento econômico territorial e temos dificuldades para conceber e colocar de pé projetos estruturantes, que destravam atividades setoriais e favoreçam a obtenção de externalidades positivas. Tanto na União quanto nos governos subnacionais, as áreas de planejamento se transformaram em instâncias menores de acompanhamento orçamentário, subordinadas à lei maior de preservação de superávits primários cada vez mais elevados. A ótica curtoprazista de tesouraria prevaleceu sobre a gestão inteligente de projetos e a sustentação de condições para suas realizações.



foto: arquivo Funeef

por Guilherme Narciso de Lacerda (*)

Além disso, instalou-se um amplo circuito de intervenções prévias ao lançamento de projetos por parte de agências reguladoras, órgãos de controle e fiscalização, MP e do Judiciário.

Para ir além e romper essa incômoda situação, torna-se fundamental catalogar os projetos e dissecar os entraves que os acompanham. Os empecilhos são de diferentes tonalidades em cada setor. Em alguns há menos conflitos; já em outros, o padrão institucional e discordantes interpretações legais impedem os avanços.

Dois pontos são muito claros: **a)** o setor público carece de condições para suportar boa parte dos projetos de infra-estrutura necessários ao nosso desenvolvimento; **b)** o setor privado

requer taxas de rentabilidade satisfatórias para atuar no financiamento/execução de investimentos produtivos.

Há, portanto, que se agilizar a disponibilização de projetos. Os investimentos só sairão do papel se os seus respectivos fluxos de caixa ficarem de pé. Não adianta dar voltas em torno deste aspecto. Há que se ter transparência sobre números, mas há que se ter claro também que não iremos romper os obstáculos se prevalecerem os incômodos embates em que se posicionam (e às vezes se digladiam) áreas do Executivo, agências reguladoras e órgãos de controle e de fiscalização.

Dentro do rol de projetos indispensáveis nas áreas de infraestrutura, há os que têm restrições concretas, de ordem econômico-financeira ou legal, para serem repassados ao setor privado; há aqueles que têm atratividade bem definida; e os que estão numa situação intermediária. Para estes é que o conceito de Parcerias

Público-Privadas (PPPs) foi desenvolvido. A Lei 10.194/2004 é moderna, atendeu às expectativas do setor privado e agora o desafio é a busca das parcerias dos projetos. Aliás, está na hora de se tirar mais proveito das experiências internacionais de muitas empresas brasileiras que fazem obras e prestam serviços em vários países.

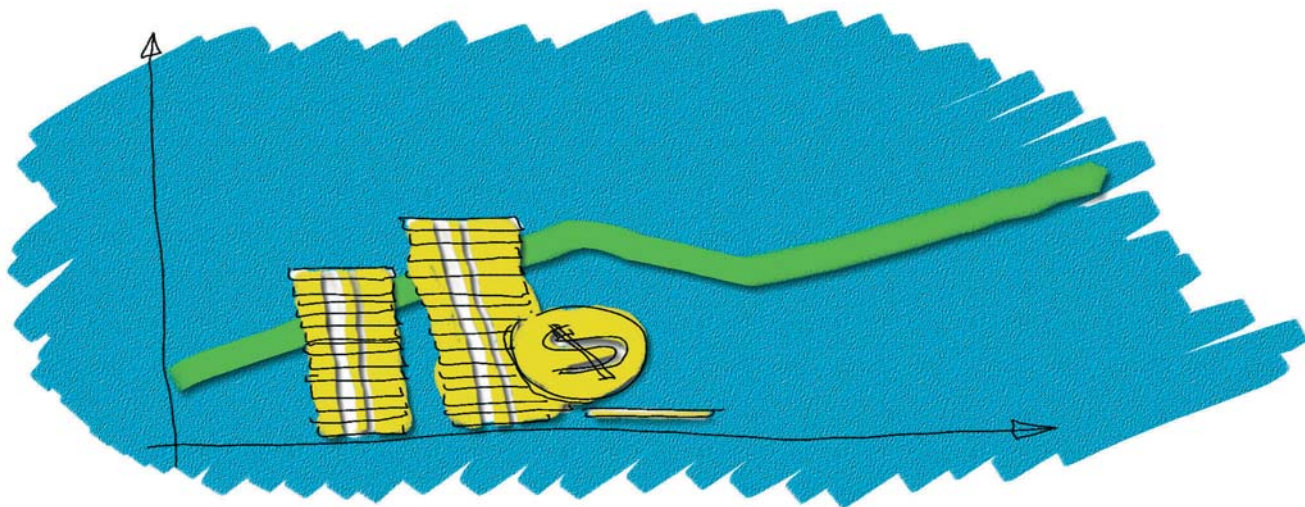
Para as coisas saírem do papel, muitas das barreiras já foram ou estão sendo vencidas. O custo de capital ainda está distante dos demais países emergentes, mas já indica avanços, como é o caso da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Falta agora, repensar as exigências de garantias reais, a exemplo do que ocorreu no setor imobiliário. O incômodo custo tributário requer que a desoneração tributária de investimentos de longo prazo passe a ser uma obsessão e não apenas um movimento isolado. A propósito, já passa da hora de retirarmos a premiação às aplicações de curto prazo (entulho da era

inflacionária) e deixarmos de ser exceção nas economias de mercado.

Falta, ainda, enfrentar o que podemos chamar de custos de transação (estruturação de negócios, pagamentos de taxas, consultorias, exigências burocráticas) eo custo institucional, que corresponde às incertezas decorrentes da indefinição presente em certos setores e projetos quanto às suas referências institucionais, ambientais e regulatórias.

Os fundos de pensão, os empreendedores e, na certa, os demais investidores institucionais têm apetite para destinar recursos a projetos de infra-estrutura. Mas isso só se efetivará na medida em que, primeiro, os projetos estejam disponíveis e, segundo, que sejam viáveis financeiramente. Criar essas condições é o grande desafio que se coloca neste momento.

(*) Economista com mestrado pela USP e doutorado pela Unicamp, preside a Fundação dos Economistas Federais (Funcf)



Resultados novembro/2006

Patrimônio da Fundação chegou a R\$ 30,4 bilhões

No mês, os investimentos da Petros obtiveram retorno de 2,29%. O referencial ponderado de mercado e a meta atuarial alcançaram, respectivamente, 2,26% e 0,80%.

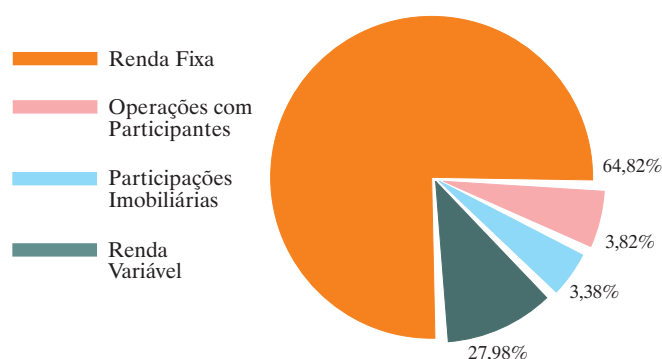
Rentabilidade	nov/06	12 meses
Renda Fixa	0,99%	12,40%
Renda Variável	5,98%	26,37%
Participações Imobiliárias	0,77%	18,98%
Operações com Participantes	1,41%	18,46%
TOTAL	2,29%	16,90%
Referencial de Mercado Ponderado	2,26%	15,90%
Meta Atuarial (IPCA + 6% a.a.)¹	0,80%	9,41%

¹ Rentabilidade registrada utilizando a prévia do IPCA para os últimos 15 dias do período.

Fonte: Relatório de Atividades, tabela 5

Elaboração: Gerência de Controle

A alteração dos pesos de cada ativo de investimento na carteira da Petros em direção às normas da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) vem ampliando a participação da renda variável e reduzindo a da renda fixa nos resultados da Fundação.



Fonte: Relatório de Atividades, tabela 5

Elaboração: Gerência de Controle

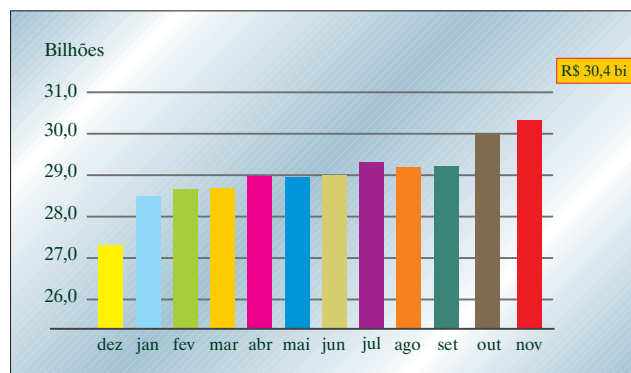
Situação patrimonial		
Descrição	(em R\$ milhões)	
Patrimônio p/ cobertura dos compromissos	A	31.320
- Investimentos		30.475
- Contribuição		1.099
- Outras obrigações		-254
Fundos	B	-836
Patrimônio p/ cobertura dos compromissos	C=A+B	30.484
Compromissos com benefícios já concedidos	D	-20.566
Disponível para benefícios a conceder	E=C+D	9.918
Compromissos com benefícios a conceder	F	-13.323
Resultado em 30/11/2006	G=E+F	-3.405

Fonte: Relatório de Atividades, tabela 42

Elaboração: Gerência de Controle

Ativos de Investimentos

Nos doze últimos meses, o valor dos ativos de investimentos da Petros passou de R\$ 27,3 bilhões para R\$ 30,4 bilhões, o que representa uma variação de 11,3%.



Fonte: Relatório de Atividades, tabela 5

Elaboração: Gerência de Controle

Nota de Redação: O Relatório de Atividades completo poderá ser acessado no portal (www.petros.com.br)

Petros embalando sonhos e construindo o futuro



Lenir de Siqueira Ferreira (mat. 090.688-0) e os netos Lucas e Gabriel - Rio de Janeiro/RJ



Maria Fernanda e a vovó Elisabete Rosa Bemfica Farias (mat. 036.520-9) - Rio de Janeiro/RJ



O aposentado João Prates (mat. 002.191-1) e a netinha Fernanda, de 2 anos - Salvador/BA



Armando Pontieri (mat. 033.313-2) e o neto Gabriel - Valinhos/SP

Envie sua foto para o e-mail: revista@petros.com.br, ou para
Gerência de Comunicação - A/C **Revista Petros**, Rua do Ouvidor, 98,
6º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-030.

**Crescemos muito
nos últimos 4 anos
graças ao nosso melhor investimento:**



V o c ê

Entre 2003 e 2006, a Petros recebeu novos participantes e manteve postos de trabalho. Neste mesmo período, a rentabilidade dos investimentos da Fundação foi de 113%, ou 31,5% acima da meta atuarial. O patrimônio cresceu de R\$ 17,6 bilhões para R\$ 31,3 bilhões.

Além da participação na construção de uma sociedade mais justa, acreditar nas pessoas é um grande investimento onde todos têm rentabilidade.

Nossos números só tem um objetivo: a qualidade de vida dos nossos participantes.

